

AS DIMENSÕES ESQUECIDAS DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS (1949-1979)

THE FORGOTTEN DIMENSIONS OF CHINESE DEVELOPMENT (1949-1979)

Paulo Fagundes Visentini¹

RESUMO

O desenvolvimento chinês, iniciado em 1979, baseado nas reformas modernizadoras e abertura externa, recebeu pouca atenção quanto aos fatores anteriores, que a viabilizaram. São quatro os elementos a ser considerados: a tradição histórica (elemento civilizacional), a Revolução socialista (recuperação da soberania e reorganização social e estatal), a industrialização prévia (socialista e com a pouco conhecida cooperação com o Japão) e a aliança com os Estados Unidos (que garantiu o ingresso na ONU e a re-inserção no concerto das nações). Sem esses elementos não teria havido uma bem sucedida estratégia de desenvolvimento após 1979.

PALAVRAS-CHAVE

Revolução Chinesa; Socialismo Chinês; Industrialização 1949-79.

ABSTRACT

The Chinese development, started in 1979, based on the modernization and opening external reforms, received little attention as the previous factors that helped make. There are four elements to be considered: the historical tradition (civilizational element), the Socialist Revolution (recovery of sovereignty and State and social reorganization), prior industrialization (Socialist and with little known cooperation with Japan) and the Alliance with the United States (which ensured the entry into ONU and re-insertion in the concert of Nations). Without these elements would not have been a successful development strategy after 1979.

KEY WORDS

Chinese Revolution; Chinese Socialism; Industrialization 1949-79.

Nenhum “Grande Salto” pode ser dado com sucesso sem uma preparação prévia. Milhares de livros e artigos tem sido tentando compreender o desenvolvimento chinês a partir de seus aspectos internos e externos contemporâneos. Todavia, pouca atenção tem sido dada a fatores anteriores à política modernizadora de reformas e abertura, que lhe serviram de base. Nesse

¹ Professor Titular de Relações Internacionais na UFRGS, Coordenador do NERINT, Pesquisador do CNPq e Editor da AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy and International Relations paulovi@ufrgs.br

contexto, existem quatro elementos que a viabilizaram, os quais necessitam ser considerados: 1) *a tradição histórica* (elemento civilizacional), 2) *a Revolução socialista* (recuperação da soberania e reorganização social e estatal), 3) *a industrialização prévia* (socialista, e a desconhecida cooperação com o Japão) e 4) *a aliança com os Estados Unidos* (que garantiu o ingresso na ONU e a re-inserção no concerto das nações).

Sem esses elementos não teria havido uma bem sucedida e sustentada estratégia de desenvolvimento após 1979, pois entre as Guerras do Ópio e a proclamação da República Popular da China houve 160 anos ininterruptos de conflitos internos e externos, que extenuaram o país. Sem a coesão societária e cultural e a continuidade histórica do Estado, teria havido uma desintegração irreversível, como ocorreu em outras nações durante o colonialismo. E o contato com as potências Ocidentais permitiu, dolorosamente, conhecer o mundo exterior e seus perigos. Já a Revolução, que construiu um regime socialista (centralizado como no Império), garantiu a recuperação da soberania nacional, reorganizou a sociedade e reestruturou um Estado transformado, constituíram condições indispensáveis para um desenvolvimento autônomo.

Apesar dos experimentos organizativos, muitas vezes desastrosos, e das lutas internas entre as três correntes do Partido Comunista da China (PCCh)², houve uma industrialização básica em setores essenciais. A nação não partiu do zero, como a Coreia do Sul, quando lançou a extroversão do seu desenvolvimento. E durante a crise do petróleo, de 1973 a 1978, ocorreu uma original cooperação mutuamente vantajosa com o Japão, que sequer tinha relações diplomáticas com a China. Por fim, a aliança sino-americana iniciada em 1971 permitiu ao país romper com as sanções e o isolamento internacional, bem como receber investimentos e facilidades comerciais dos Estados Unidos. Sem conhecer essas bases prévias, as análises focadas apenas na atualidade podem ser equivocadas e suas previsões, pouco confiáveis.

A civilização chinesa e a percepção do mundo exterior

A civilização chinesa possui mais de quatro milênios de história com notável continuidade. O país só foi ocupado por um curto período pelos mongóis (que foram sinizados) durante a Idade Média. Desde suas origens remotas o Estado chinês foi caracterizado pela ênfase na centralização político-administrativa, na homogeneidade, na estabilidade e na continuidade. A necessidade de gigantescos trabalhos hidráulicos para conter as cheias dos rios e estabelecer um complexo sistema de irrigação, construção de canais e de silos para armazenamento de cereais, bem como organizar a defesa contra as invasões de povos nômades (como a construção da Grande Muralha) representam os fundamentos de tais fenômenos.

2 A da industrialização de tipo soviético, a camponesa maoísta e a reformista de Deng Xiaoping.

A China sempre se caracterizou por um sincretismo religioso, que absorveu e sinizou as religiões que penetraram no país, como o budismo e o islã. Além de simples cultos aos antepassados, geralmente de caráter familiar, a China pouco tem de religiosidade, sendo considerada uma civilização com traços laicos. Em grande parte isto se deve à filosofia confuciana, um conjunto de normas de comportamento social, que ocupa parte do espaço que caberia às crenças religiosas. Ainda que pregando a obediência hierárquica familiar e política, o confucionismo considera legítimo que o povo se revolte contra o poder constituído, quando o Imperador não mais trabalha pelo bem da sociedade, o qual perde, assim, o Mandato do Céu. Cabe ressaltar que na China, e no conjunto da Ásia, a noção de indivíduo encontra-se subordinada à de coletivo.

Quando o centro político se enfraquece e ocorre uma crise que gera conflitos e produz a derrubada da dinastia imperial, segue-se um período prolongado de caos, fragmentação e conflitos. Toda a sociedade é afetada, do palácio imperial à mais remota e humilde aldeia, dos poderosos mandarins e nobres aos simples camponeses. Os confrontos que se seguem, por sua vez, acabam criando condições para a emergência de uma nova liderança que, assim, recebe um novo Mandato do Céu e estabelece uma nova dinastia. O poder local da nobreza tendeu a ser contrabalançado pela centralização e pela existência de uma burocracia profissional (os mandarins), cujos membros eram recrutados através de um exame universal, aplicado em todas as regiões.

A introdução do cultivo do arroz, oriundo do sul, além da segurança e da organização das reservas alimentícias, permitiu o aumento da população e uma expansão rumo ao sul, até o norte do Vietnã. No espaço assim formado, as grandes planícies fluviais constituem o *locus* da civilização chinesa, que não teve necessidades materiais para conquistas territoriais. Considerava-se o Império do Centro, bem delimitado pelo Oceano, pelas estepes e desertos do norte, pelas montanhas do Himalaia e pela floresta tropical ao sul. Além desses territórios viviam os “bárbaros”, muitos dos quais tentavam invadir a próspera China sempre que sofriam alguma crise alimentar, eram pressionados por outras migrações, quando o Império se encontrava enfraquecido ou quando simplesmente conseguiam ter força e organização suficiente para tal.

Para lidar com tal situação, um forte exército munido da avançada tecnologia ou obras defensivas como fortes e a Grande Muralha não era suficiente. Somente fazendo com que esses povos adotassem a cultura chinesa e reconhecessem sua superioridade haveria paz e estabilidade. Assim nasceu o sistema tributário em torno do Império. O tributo (as vezes de valor apenas simbólico) tinha como principal objetivo fazer com que o dirigente dos povos vizinhos ou seus representantes, anualmente, comparecessem perante o

imperador e se ajoelhassem três vezes diante dele, numa cerimônia em que sua superioridade era reconhecida.

Manchus, mongóis, uigures, tibetanos e outros não eram explorados pela China, mas a ela se associavam, inclusive desempenhando certos papéis no Império (cavalaria mongol, oficiais manchus, sacerdotes tibetanos, comerciantes uigures). Tais relações tributárias eram consolidadas com uma política de casamentos entre nobres e príncipes chineses com seus congêneres das regiões periféricas do Império. Os mongóis conquistaram o Império, foram sinizados e constituíram uma importante dinastia. Os Qing, a última dinastia, que governou a China de 1644 a 1911, era manchu. Já a Coréia, o Vietnã e o Japão faziam parte da esfera de influência cultural confuciana, mas o último manteve-se isolado e praticamente não esteve associado ao sistema tributário.

Nos séculos XVII e XVIII, a China havia sido um poderoso império feudal que mantinha como vassalos inúmeros territórios vizinhos. O comércio externo era limitado ao máximo e controlado por um funcionário em portos do sul da China, com poucos estrangeiros autorizados. Na verdade a China não necessitava da importação e sua política de isolamento tinha o propósito de preservar o país de influências e perigos externos. Todavia, isso contribuiu para acentuar a estagnação e seu atraso em relação aos países capitalistas industriais e impedia os dirigentes de conhecerem a força dos outros países. Na primeira metade do século XIX, com o desenvolvimento industrial da Europa, ela aspirava a converter a China em um espaço de exploração colonial.

Por volta de 1820, começou a crescer o contrabando de ópio, controlado pela Companhia das Índias Orientais Britânica. Os impostos sobre o cultivo e o tráfico do ópio proporcionaram grande lucro a ela e financiavam as importações de produtos da China. O governo chinês sabia das consequências fatais da importação do ópio, que minava a saúde do povo, corrompia os costumes e arruinava o artesanato, drenava a riqueza para o exterior e prejudicava a disciplina no exército e dos funcionários. Em 1839, um comissário imperial em Cantão, encarregado de tomar medidas contra o tráfico e o consumo de ópio, confiscou e destruiu 20 mil caixas do produto.

A ação desencadeou a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), na qual a China foi derrotada, cedeu Hong Kong e comprometeu-se a pagar indenização milionária. Em 1844, Estados Unidos e França deram continuidade ao estabelecimento de Tratados Desiguais com a China. As agressões externas desorganizavam a economia, aumentando a pobreza e os conflitos internos. Nas décadas de 1850 e 1860 foi sacudida pela gigantesca revolta camponesa dos Taiping, que ocupou metade do país, obrigando o governo a pedir ajuda Ocidental, ao custo de mais concessões. A Dinastia manchu dos Qing estava perdendo o Mandato Celeste.

Em 1872 o Japão, recém industrializado, ocupou as ilhas Ryukyu e, com a vitória deste sobre a China em 1894-5, esta perdeu a Coreia e Formosa. As reações anti-ocidentais, fomentadas pela enfraquecida Dinastia manchú, como a Revolta dos Boxers em 1900, apenas acarretaram intervenções ainda maiores das potências ocidentais, mais concessões comerciais e de extraterritorialidade, bem como novas perdas territoriais. O Império estava pressionado interna e externamente, enquanto o universo chinês mergulhava no caos e guerras civis e externas que ainda durariam muitas décadas. A lição era clara: o isolamento causou fraqueza, que atraiu a cobiça colonial.

A “Longa Marcha” da Revolução Chinesa

Em 1911 foi derrubado o Império e proclamada a República, com a nação mergulhando na anarquia dos Senhores da Guerra, que dominavam as províncias. Dois projetos buscavam a reorganização da nação: O Partido Kuomintang (KMT, Partido Nacional), pró-Occidental, e o PCCh, fundado em 1921. Depois de se aliarem para unificar o país, eles se enfrentaram em Guerra Civil de 1927 a 1936, quando voltaram a se aliar, agora contra o Japão, que havia ocupado a Manchúria em 1931 e, em 1937, invadiu e conquistou a parte mais rica e povoada da China (o litoral e os vales fluviais), só sendo derrotado em 1945, com os bombardeios atômicos em Hiroxima e Nagasaki..

Mas com o fim da II Guerra Mundial houve tentativas dos EUA e da URSS para a formação de um governo de coalizão chinês, mas tanto o KMT como o PCCh não o desejavam. Ambos acreditavam ter força para vencer e eliminar o adversário, e logo reiniciaram-se os choques entre os dois grupos. Sucederam-se tentativas de mediação patrocinadas pelos EUA e pressões soviéticas sobre os comunistas para que formassem um governo de unidade com os nacionalistas. Em 1946-47 o KMT avançou e dominou as cidades em mãos dos comunistas no norte. Mas embora Chang Kai-Chek tivesse preservado suas forças durante a guerra mundial, visando a eliminar o PCCh, subestimava o fato de que Mao Zedong ganhara o apoio dos camponeses e havia crescido no plano militar.

Apesar da falta de apoio soviético, em 1947-48 Mao conquistou várias cidades importantes e avançou para o Sul. Com o agravamento da Guerra Fria na Europa, a URSS decidiu e apoiar os comunistas chineses para completarem sua revolução. O KMT e a elite chinesa se refugiaram então na província insular de Taiwan (Formosa), onde permaneceram protegidos pela VII Frota norte-americana, enquanto Mao Zedong proclamava a República Popular da China (1º de outubro de 1949). A vitória comunista na China representava para a diplomacia americana um sério revés, pois o país era o principal aliado de Washington na região da Ásia Oriental. Mas a China do KMT continuou a ser

reconhecida pela maioria da comunidade internacional e a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Durante os anos 1950 a China manteve uma estreita aliança com a União Soviética, pois necessitava ajuda econômica para a reconstrução e proteção militar, uma vez que haviam forças hostis na Coreia (onde a China lutou em 1950-53), Taiwan, Indochina e um exército do KMT permanecia na fronteira da Birmânia. O Tibete foi reocupado em 1950, mas o poder feudal dos Lamas foi mantido. Contudo, a reforma agrária e a emancipação dos servos e escravos, promovida pelas autoridades chinesas em 1959, produziram uma revolta e o êxodo da elite tibetana, que se instalou no norte da Índia, que tinha interesse no Tibete.

A maioria dos países que reconheceram diplomaticamente a RPC eram socialistas. Apesar da Índia também haver reconhecido o governo comunista, as relações foram se tornando difíceis, pois em função da rivalidade com a URSS de Krushov (desde 1956) passou a haver uma espécie de triangulo estratégico, tendo havido, inclusive, uma breve guerra de fronteira sino-indiana em 1962. O contencioso entre os gigantes comunistas se deveu à proposta de Krushov de estabelecer uma coexistência pacífica com o Ocidente (mantendo a China numa posição subordinada), à imposição de um modelo econômico inadequado, à negação de cooperação atômica e à disputa pela liderança do movimento comunista internacional após a morte de Stalin. A China não desejava ser uma *junior partner* no mundo comunista.

Até o início dos anos 1960, a RP da China necessitava enfatizar a sua segurança, pois se tratava de uma revolução ainda não consolidada, com uma economia débil e vivendo uma conjuntura internacional adversa. Foi a época em que a permanência no bloco soviético, apesar de incômoda, afigurava-se como necessária para atingir este objetivo. Houve a reconstrução e uma industrialização acelerada nas grandes cidades, mas a China seguia sendo uma nação agrária. Temendo uma invasão americana ou mesmo soviética, no final dos anos 1959 foi tentado o desastroso Grande Salto à Frente, que representava mais uma estratégia de defesa do que um modelo econômico.

Do início dos anos 1960 aos 1970, a preocupação do PCCh voltou-se para a autonomia e a independência nacional, pois, apesar dos inúmeros problemas, o país lograra estabilizar-se, e a aliança com Moscou mais entravava que auxiliava os planos chineses de tornar-se novamente uma potência de âmbito mundial, politicamente respeitada e economicamente desenvolvida. Houve, então, uma luta pelo poder no Partido, que levou à também desastrosa Revolução Cultural (1966-71) de Mao, eliminando a facção pró-soviética, mas isolando e desorganizando o país. Mas a China ganhou independência em relação a sua ex-aliada.

Os *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*, enunciados por Chu En-lai, o fundador da diplomacia da República Popular da China, durante viagem à Ásia meridional, representavam um padrão para as relações internacionais. Os cinco princípios são: 1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional, 2) não-agressão, 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro, 4) igualdade e benefícios recíprocos e 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Este padrão de conduta internacional foi, desde então, o norteador da diplomacia chinesa, do Movimento Neutralista e foi adotado pelo Movimento dos Países Não-Alinhados (fundado em 1961).

A Revolução criou um novo regime, que era percebido pelos camponeses menos instruídos como uma Nova Dinastia com Mandato do Céu. “A China está novamente de pé e ninguém a fará se ajoelhar de novo” disse Mao na fundação da RPC, e o povo compreendeu a mensagem. O regime socialista reconstruiu a infra-estrutura arrasada pelos longos conflitos, alimentou o povo, ergueu uma indústria pesada e garantiu a independência e a segurança (em relação a inimigos e “amigos”), apesar da vida simples e do isolamento internacional. Essas condições se revelaram fundamentais para o desenvolvimento ulterior.

A industrialização socialista (1949-79) e a cooperação com o Japão (1973-78)

Durante a época imperialista foram instaladas na China uma rede ferroviária conectando partes do interior e as grandes cidades e algumas indústrias modernas no litoral. Depois, na fase de dominação japonesa e na fase socialista, essa rede ferroviária foi ampliada e modernizada. Durante a Segunda Guerra Mundial os japoneses instalaram outras indústrias na Manchúria, as quais foram temporariamente confiscadas pelos soviéticos e depois devolvidas. A reconstrução foi a ênfase após a instauração da RPC, mas o país sofreu forte embargo internacional. Nas décadas de 1950 e 1960 o esforço do Estado foi incrementar a indústria dessa região nordeste, que possuía recursos naturais e boa rede de transporte, ao mesmo tempo em que instalava um grupo de grandes empresas industriais vertebrais no eixo Beijing-Tiajing-Tangshn e Langzhou, Wuhan e Xian, buscando uma primeira interiorização do desenvolvimento. Isso foi logrado, inicialmente, com apoio soviético e, depois, com esforço próprio.

Nos anos 1970 a política de instalação de indústrias se voltou para Sichuan, Qinghai, Ningxia e Guizhou. Logo foram instaladas as siderúrgicas de em Sichuan e Gansu, ligadas à minas de carvão na região. Um complexo automotriz foi instalado também em Shaanxi, Hunan e Hubei, com a industrialização atingindo o centro do país. É importante notar que este salto foi logrado durante o choque petrolífero, quando o Japão necessitou de petróleo, carvão e mercado para sua produção. Em contra-partida, fez investimentos na modernização de portos, rodovias, ferrovias, minas e prospecção de petróleo, com a China pagando em

produtos primários, sem se endividar. Exatamente como a relação que agora tem com a África, só que em termos inversos.

Segundo a sinóloga norte-americana Deborah Brautigam,

O Japão foi dos primeiros a ingressar no fabuloso mercado chinês. Em 1973, assustado com a segurança energética e tentando diversificar os fornecedores depois do primeiro choque petrolífero, o Japão passou a importar petróleo dos campos chineses de Daqing. (...) Em 1978, após anos de árduas negociações os dois países assinaram um acordo de longo prazo, mutuamente benéfico. O Japão ofereceu empréstimos em yen com juros baixos para financiar a implantação de uma indústria de alta tecnologia e insumos para a mesma, que a China pagava em petróleo e carvão. (...) Claramente os dois lados viam isso como uma estratégica parceria tipo 'win-win' (BRAUTIGAM: 2009, 46-7).

Com o processo de abertura nos anos 1980, o eixo de industrialização foi deslocado para as regiões costeiras do sul, nas Zonas Econômicas Especiais, voltadas prioritariamente à exportação. Posteriormente Xangai foi escolhida como centro de tecnologia de ponta, enquanto a industrialização se deslocava para o noroeste, na região de Xingiang, da minoria uigur, zona rica em petróleo e gás. Tudo o desenvolvimento recente foi obtido à taxas extremamente elevadas, num curto período de tempo, mas partiu de uma base e experiência pré-existentes, anteriores à política de abertura e reformas. Como foi visto, pode-se constatar que já havia uma base de desenvolvimento industrial e de infra-estrutura *antes* do início das reformas, e que a China já tinha experiência em abertura, no caso com o Japão.

A aliança sino-americana e a reinserção da China no sistema da ONU

Nas primeiras duas décadas após a implantação da República Popular, a China enfrentou significativo isolamento internacional, contando especialmente com o bloco soviético nos anos 1950 e com o Terceiro Mundo na década de 1960. As ameaças representadas, alternadamente, pelas duas grandes potências durante o período, fizeram com que a diplomacia chinesa conferisse máxima prioridade à reinserção do país no sistema da ONU, garantindo uma independência e estabilidade que não dependeria de um "aliado especial" mais poderoso que ela. O arquiteto de tal política foi o patriarca da diplomacia chinesa, Chu En-lai, que sobrepujava o alquebrado Mao, que após a Revolução Cultural se tornara uma figura decorativa.

No início dos anos 1960, a composição e o perfil da ONU haviam sido substancialmente alterados. A *détente* entre os dois blocos (devido ao relativo equilíbrio estratégico), a fissura dentro dos mesmos (com a autonomia da França e da China) e a recuperação da Europa ocidental e do Japão, criaram uma tendência à multipolaridade. Este processo foi, paralelamente, potencializado

pela descolonização afro-asiática e pelo advento do nacionalismo latino-americano que, além de darem origem ao Movimento dos Países Não-Alinhados, foi responsável pelo ingresso maciço de países do Terceiro Mundo na ONU. Isto não apenas alterou o equilíbrio internacional, como deu à Assembléia Geral das Nações Unidas um outro posicionamento nos assuntos mundiais. A ONU deixava de ser um mero instrumento norte-americano no contexto da Guerra Fria (temida pela China), para se tornar um fórum e uma arena política complexa, ensejando possibilidade de alianças e composições.

Com o encerramento da Revolução Cultural, um cenário qualitativamente diferente se configurava na RPC, com o progressivo desgaste do maoísmo e a ascensão das estratégias reformistas. No início da década de 1970 o país, face à impossibilidade de permanecer confrontado simultaneamente com as duas superpotências mundiais, alterou radicalmente a sua política externa. É conveniente lembrar que, em 1969, havia ocorrido conflitos armados de fronteira com a URSS. A reaproximação entre a China e os Estados Unidos poderia forjar uma aliança anti-soviética

Assim, em 1971 a China Popular acercou-se dos Estados Unidos (então em dificuldades no Vietnã), através da *Diplomacia do Ping-Pong*, no contexto da Doutrina Nixon. Como decorrência desse realinhamento, a RPC tornou-se membro do CS da ONU (no lugar de Taiwan), além de ter seu regime reconhecido e suas relações normalizadas com os países capitalistas desenvolvidos. Kissinger visitou a China em 1971 e Nixon em 1972. Ao mesmo tempo, encerrava-se o longo ciclo de conflitos internos. O maoísmo com ênfase na luta de classes foi deixado de lado. Mao Zedong morreu em 1976 e o grupo reformista ampliou seu poder, nele emergindo a liderança de Deng Xiaoping.

A base comum de tal cooperação era uma aliança estratégica contra o que a liderança chinesa considerava como “hegemonismo soviético”. Para os EUA representava uma forma de controlar os movimentos de libertação nacional (especialmente o do Vietnã), enquanto para a China a cooperação bilateral envolvia também benefícios econômicos e tecnológicos. Tais relações comerciais, de investimento e de transferência de tecnologia, apesar de atrasadas em relação ao que o Japão já realizara, deram à China a oportunidade de evitar conflitos externos. Mais do que isso, permitiu ao país embarcar na Revolução Científico-Tecnológica quando ela iniciava no Ocidente e, assim, modernizar sua economia e estabelecer vínculos privilegiados com os EUA e a Europa Ocidental.

A nova estratégia diplomática chinesa tinha seu sustentáculo teórico na *Teoria dos Três Mundos*, apresentada por Deng Xiaoping em 1974, na Assembléia Geral da ONU. Segundo tal concepção EUA e URSS eram agrupados num mundo, os demais países capitalistas desenvolvidos no segundo, e as nações periféricas no terceiro (incluindo a China). Contudo, tal teoria acentuava especialmente a

crítica ao “social-imperialismo” soviético. Iniciava-se, assim, a terceira fase da política externa chinesa, caracterizada pela busca da modernização.

A política de abertura e reformas logrou consolidar-se em fins de 1978 e início de 1979, com a adoção das Quatro Modernizações, a normalização com o Japão e o estabelecimento de relações diplomáticas com os EUA. Deng Xiaoping, o novo líder desde a morte de Mao em 1976, defendia um projeto diferenciado, ainda que também fundamentado nas idéias de Chu En-lai. A China agora deixava de ser grande apenas em superfície e população. Ela se tornava uma potência diplomática, inserida na comunidade internacional, e iniciava um processo contínuo de desenvolvimento que, três décadas depois, a transformariam na segunda economia do mundo.

Considerações finais

Muitas nações de porte tentaram lançar um processo acelerado de desenvolvimento, melhorando sua posição no sistema mundial mas poucas conseguiram. Para isso é necessário ter soberania, evitar conflitos internacionais, construir bases econômicas e logísticas prévias e ter um governo estável e capacidade de dissuasão externa. Através dos mecanismos mencionados no artigo, a China logrou construir tais elementos. Sua história e civilização lhe garantiram coesão sócio-cultural e sua Revolução permitiu reforçar o Estado e a segurança externa, bem como a independência nacional. Também logrou a construção de uma base industrial e de infra-estrutura suficientes para avanços posteriores.

Isso foi reforçado com a cooperação econômica com o Japão nos anos 1970 e com a aliança estratégica com os Estados Unidos no mesmo período. Isso permitiu à China ser uma potência autônoma, inserida no concerto das nações e no comércio mundial. Apesar de sua Revolução ser chamada de “socialista”, a China sabia que estava longe de ter o desenvolvimento necessário para a construção do socialismo. Por isso adotou as reformas modernizadoras, uma controlada abertura externa, a política de “um país, dois sistemas” e o modelo de Economia Socialista de Mercado desde 1979. Tal estratégia partiu das experiências e realizações acumuladas no período anterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADSHEAD, S. A. M. **China in world history**. London: Macmillan, 2000.
- BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon's gift. The real story of China in África**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- BINJIE, Liu. **Filosofia de China para el Intercambio con el exterior en el siglo XXI**. Beijing: Ed. en Lenguas Extranjeras, 2006.
- CLEGG, Jenny. **China's global Strategy. Towards a multipolar world**. London/ New York: Pluto Press, 2009.
- DOMENACH, Jean-Luc, et GODEMENT, François (dir.). **Communismes d'Asie: mort ou métamorphose?** Bruxelles : Complexe, 1994.
- DOMENACH, Jean-Luc, et RICHER, Philippe. **La Chine: de 1971 à nos jours**. Paris : Seuil, 1995 - vol.2.
- DUNBABIN, J. P. D. **The post-imperial age: the great powers and the wider world**. London and New York: Longman, 1994.
- HARDING, Harry. **A fragile relationship. The US and China since 1972**. Washington: The Brookings Institution, 1992.
- HUAIWEN, Zong (Comp.). **Years of trial, turmoil and triumph. China from 1949 to 1988**. Beijing: Ed. en Lenguas Extranjeras, 1989.
- FAIRBANK, John King. **China, una nueva Historia**. Barcelona: Editorial Andrés Bello, 1992.
- JIAN, Chen. **La China de Mão y la Guerra Fria**. Barcelona: Paidós, 2005.
- LIMA, Haroldo, PEREIRA, Duarte & CABRAL, Severino. **China - 50 anos de República Popular**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.
- MEDEIROS, Carlos. China: entre os séculos XX e XXI. FIORI, José Luís (Org.) **Estados e Moedas o desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 279-411.
- ROSS, Robert (Ed.). **China, the United States and the Soviet Union. Tripolarity and policy making in the Cold War**. Armonk/N.Y: M.E. Sharpe, 1993.
- SUINIAN, Liu, & QUNGAN, Wu (Redatores). **Breve História de la economia socialista de China (1949-1984)**. Beijing: Beijing Informa, 1987.
- THOMPSON, Roger C. **The Pacific Basin since 1945. A History of the Foreign Relations of the Asian, Australasian and American Rim States and the Pacific Islands**. New York: Longman, 1994.

VISENTINI, Paulo. As Relações Diplomáticas da Ásia. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Recebido em março de 2016.

Aprovado em abril de 2016.